

O presente texto aborda alguns aspectos do desenvolvimento do ensino superior brasileiro na década de 90, tendo, como eixos de análise, a oferta, a demanda e a cobertura da população-alvo, em nível de graduação e, no âmbito da pós-graduação 'stricto sensu', a participação das esferas pública e privada.

### A Matrícula na Graduação

O ensino superior brasileiro atendia, em 1999, a cerca de 2,38 milhões de alunos. Desse total, 65% estavam matriculados em instituições privadas. Se considerada toda a década (1990/1999), o ritmo de crescimento da matrícula na esfera privada mostra-se bem mais intenso que o do conjunto das redes públicas. Entretanto, tomando-se apenas o período 1990/1998, constata-se uma inversão em termos dessa liderança.<sup>1</sup>

Um dos fatores que concorreram para a diminuição da participação do setor público na matrícula total do ensino superior foi a retração verificada, em 1999, na esfera municipal. No entanto, a principal razão teria sido a própria explosão da oferta de vagas nas instituições privadas, em consonância com a política do MEC de estimular essa expansão.

A despeito de o incremento da matrícula, na década de 90, ter sido bem mais expressivo que aquele verificado nos anos 80, manteve-se em níveis medíocres no período 1990/1993. Somente a partir de 1994 é que se define uma tendência de crescimento contínuo, com taxas anuais acima de 4%.

A demanda, medida pelo total de inscrições nos exames vestibulares, cresceu cerca de 76% entre o início e o final do período compreendido por este estudo. Apesar de a oferta de vagas ter sido ampliada em níveis relativamente baixos ao longo da primeira metade da década de 90, acelerou-se a partir de 1997. Desse modo, o crescimento da oferta foi ligeiramente maior que o da demanda, implicando, assim, pequena redução da relação candidatos/vaga.

No que se refere à demanda, identificam-se duas tendências distintas. Entre as instituições públicas, cresce significativamente o número de candidatos por vaga oferecida, ao passo que, na esfera privada, ocorre o inverso. Assim, enquanto a disputa por uma vaga no ensino público atingiu o índice de 8,3 candidatos, no setor privado ficou em apenas 2,3. Acredita-se que essas tendências contrárias estariam refletindo a perda de poder aquisitivo da classe média, ocorrida ao longo da década de 90. Tal argumento é corroborado pelo indicador que trata do aproveitamento das vagas oferecidas, tendo em vista que ape-

\* Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

1. No primeiro caso, a taxa de crescimento obtida pelas instituições privadas foi de 61%, enquanto nas públicas não passou de 44%. Já em relação ao período 1990/1998, as públicas registraram crescimento de 39%, contra 37% das instituições privadas.

nas as redes públicas de ensino apresentaram melhora desse indicador.

### A Cobertura da Clientela-Alvo

A taxa de cobertura da população de 18 a 24 anos, matriculada nesse nível de ensino, mantém-se bastante aquém dos padrões alcançados em países de semelhante renda 'per capita'.<sup>2</sup> Entretanto, a taxa de atendimento desse estrato populacional, nesse nível de ensino, não deve ser considerada em separado, principalmente quando se tem em conta a defasagem idade/série e as taxas de evasão (abandono) definitiva que ultrapassam os níveis de ensino precedentes.

De acordo com o Censo Escolar do MEC, havia, em 1996, cerca de 5,3 milhões de alunos, na faixa etária de 18 a 24 anos, matriculados em outros níveis de ensino que não o superior. Ou seja, o equivalente a cerca de três vezes o total de matriculados no ensino superior, naquele mesmo ano. Portanto, não apenas a oferta de vagas é fator limitante do acesso ao ensino superior, mas também a demanda estaria sendo contida por mecanismos seletivos, internos e externos à escola, que estariam afetando a trajetória dos potenciais candidatos a esse nível do ensino. Desse modo, considerável parcela daquela faixa etária não estaria apta a ingressar no ensino superior, na medida em que não disporia do pré-requisito para tal – o diploma de nível médio.

Quando se consideram todas as modalidades de ensino, a taxa de atendimento desse subgrupo populacional eleva-se para 31%. Algum acréscimo ainda poderia ser contabilizado, caso estivessem computadas

as matrículas nos cursos pré-vestibulares e na pós-graduação universitária. Além desses, haveria de se considerar os egressos do ensino superior compreendidos nessa faixa etária.

Outro fator que estaria concorrendo para superestimar a demanda da clientela de 18 a 24 anos por ensino superior refere-se à incorporação da população rural nesse subgrupo populacional. Considerando-se que, em 1996, cerca de 20% da população brasileira residiam no meio rural e que a formação de nível superior ainda se apresenta como conquista impensável para a quase totalidade desse segmento populacional,<sup>3</sup> seria mais apropriado desconsiderá-lo para efeito de se estipularem as efetivas demandas por tal serviço educacional.

Também, o fato de o total de alunos em condições de ingressar no ensino superior ser bastante inferior ao universo composto por aqueles que se encontram fora desse nível do ensino deve-se à dimensão da demanda sob a forma dos exames vestibulares. Por exemplo, em 1996, o número de inscrições nesses processos seletivos correspondia a apenas 12% da população de 18 a 24 anos. Ademais, deve-se ter em mente que o total de inscritos nos vestibulares não corresponde ao universo de candidatos, na medida em que muitos destes participam, a cada ano, de mais de um exame, razão pela qual parcela das vagas ofertadas não é preenchida.

A produtividade do sistema, medida pelo número de concluintes/ano, estaria sendo afetada pelo desaquecimento da economia, sobretudo no âmbito do ensino superior privado. Pelo menos duas razões poderiam explicar a menor eficácia da rede privada e, provavelmente, ambas seriam decorrentes da perda do poder aquisitivo dos alunos: (i) o prolongamento da duração do curso; e (ii) a evasão, temporária ou definitiva.

2. De acordo com a Contagem Populacional (IBGE), a faixa etária de 18 a 24 anos correspondia, em 1996, a 20,72 milhões de habitantes. Segundo o INEP/MEC, havia cerca de 1,87 milhões de alunos matriculados no ensino superior naquele ano. Desse total, 1,13 milhões teriam entre 18 e 24 anos (segundo a distribuição obtida pelo Censo Populacional de 1991, essa faixa etária representava 60,5% do total de matrículas). Portanto, apenas 5,5% dessa faixa etária estariam matriculados no ensino superior.

3. Para a maioria, o ensino fundamental constitui a fase terminal do processo de escolarização.

Por fim, a composição do alunado, por nível de renda, constitui outro aspecto a ser analisado. Tendo-se por referência os dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), relativos a 1997, constatou-se que 78% dos alunos matriculados em instituições privadas pertenciam ao quintil de maior renda, enquanto, no âmbito do ensino público, apenas 72% enquadravam-se nesse mesmo estrato. Portanto, se esses dados forem generalizáveis para o conjunto da sociedade brasileira, cai por terra o mito de que as instituições públicas estariam abrigando as camadas economicamente privilegiadas, enquanto, para as instituições privadas, dirigir-se-iam os desfavorecidos.

### **A Pós-Graduação ‘Stricto Sensu’**

O desenvolvimento da pós-graduação ‘stricto sensu’ no Brasil continua sendo uma atribuição principal do setor público. Diferentemente do que ocorre no nível da graduação, o espaço ocupado pelas instituições de ensino superior (IES) privadas, na pós-graduação ‘stricto sensu’, ainda é residual. De acordo com o último Censo do Ensino Superior, realizado pelo INEP/MEC, em 1999, o conjunto das instituições privadas foi responsável por cerca de 15% da matrícula em cursos de mestrado e 9% nos de doutorado. Essa participação pouco se alterou, se comparada a 1994, o que revela que a expansão desse nível do ensino superior, pela esfera privada, ainda encontra limitantes de ordem estrutural (corpo docente titulado, linhas de pesquisas instituídas, laboratórios etc.).

Os dados do INEP/MEC também revelam maior pujança das instituições federais de ensino superior (IFES), principalmente no que tange aos cursos de doutorado, cuja participação na matrícula total ampliou-se de 37%, em 1994, para 44%, em 1999. Essa ampliação foi devida a dois fatores: à desaceleração do crescimento das instituições estaduais e ao próprio dinamismo das IFES. Além disso, evidenciam a maior capacidade de expansão

da esfera federal, nesse campo, se comparadas às demais redes.

Apesar de as IFES terem ampliado sua participação na matrícula em cursos de mestrado, foram as IES não públicas que registraram maior crescimento relativo. Isso se explica pelo fato de o mestrado constituir, em geral, o primeiro degrau a ser galgado na constituição de programas de pós-graduação ‘stricto sensu’, regra essa que não mais se aplicaria à parcela considerável das IFES, cuja ênfase voltar-se-ia à expansão da oferta em nível de doutorado.

### **Breves Conclusões**

Após lenta expansão do sistema, que perdurou ao longo dos anos 80 – período em que a matrícula na graduação cresceu pouco mais de 10% –, constata-se que houve significativa ampliação das oportunidades de acesso a esse nível do ensino, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90. Nos últimos anos, a taxa de crescimento da oferta de vagas tem sido maior que os incrementos na matrícula e demanda (inscrições nos exames vestibulares).

Entretanto, a ampliação da oferta de vagas não constitui condição suficiente para assegurar a democratização do acesso ao ensino superior, na medida em que o processo de seleção (de caráter discriminatório) tem início muito antes do momento em que se realizam os exames vestibulares, em geral, ditado pela desigualdade de renda entre as famílias, que implica diferenciadas oportunidades de acesso à educação básica, assim como distintos graus de envolvimento e dedicação aos estudos (a incidência do trabalho infantil, por exemplo).

Aliados a esses fatores, há também aqueles internos à escola, tais como a disponibilidade e qualidade dos recursos pedagógicos, o despreparo de parcela dos professores, etc., que concorrem para que os alunos, já discri-

minados socialmente, nem mesmo consigam transpor a barreira da 8ª série do ensino fundamental, deixando assim de constar como efetivos demandantes de educação superior.

Além disso, observou-se que o aumento da oferta de vagas pelo sistema privado tem correspondido à diminuição de seu aproveitamento. Ou seja, os limites da demanda por ensino superior privado estão mais próximos do que se poderia supor, de tal modo que uma política de estímulo à expansão, ancorada na iniciativa privada, não poderá prescindir, entre outras, da correspondente ampliação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

O problema da baixa cobertura da população de 18 a 24 anos, que constitui a clientela preferencial a ser atendida pelo ensino superior, também remete a causas que transcendem esse nível do ensino, uma vez que considerável contingente dessa faixa etária nem mesmo está apto a disputar uma vaga nos exames vestibulares.

A pós-graduação 'stricto sensu' continuará a ser, ao menos no curto e médio prazos, responsabilidade maior do setor público. Entretanto, dada a pequena expansão dos quadros docentes das IES públicas, acredita-se que parcela significativa dos titulados nos programas de mestrado e doutorado, dessas instituições, esteja encontrando campo de trabalho no setor privado, o que poderá, no futuro, favorecer a ampliação de sua participação na oferta de cursos e vagas nesse nível do ensino.

TABELA 1 INDICADORES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – 1990-1999

MATRÍCULA INICIAL	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
FEDERAL	308.867	320.135	325.884	344.387	363.543	367.531	388.987	397.722	408.640	442.835
ESTADUAL	194.417	202.315	210.133	216.535	231.936	239.215	243.101	253.678	274.934	303.178
MUNICIPAL	75.341	83.286	93.645	92.594	94.971	93.794	103.339	109.671	121.155	87.080
TOTAL PÚBLICO	578.625	605.736	629.662	653.516	690.450	700.540	735.427	761.071	804.729	833.093
PRIVADO	961.455	959.320	906.126	941.152	970.584	1.059.163	1.133.102	1.186.433	1.321.229	1.544.622
<b>BRASIL</b>	<b>1.540.080</b>	<b>1.565.056</b>	<b>1.535.788</b>	<b>1.594.668</b>	<b>1.661.034</b>	<b>1.759.703</b>	<b>1.868.529</b>	<b>1.947.504</b>	<b>2.125.958</b>	<b>2.377.715</b>
<b>CONCLUINTES</b>										
FEDERAL	38.594	38.634	39.133	41.420	42.753	46.187	49.667	51.419	52.787	
ESTADUAL	26.777	28.031	26.934	29.219	31.138	33.714	34.693	38.731	40.725	
MUNICIPAL	12.483	14.606	14.123	14.243	13.971	15.050	15.460	15.932	11.848	
TOTAL PÚBLICO	77.854	81.271	80.190	84.882	87.862	94.951	99.820	106.082	105.360	
PRIVADO	152.352	155.106	154.077	155.387	158.025	159.450	160.404	168.302	195.401	
<b>BRASIL</b>	<b>230.206</b>	<b>236.377</b>	<b>234.267</b>	<b>240.269</b>	<b>245.887</b>	<b>254.401</b>	<b>260.224</b>	<b>274.384</b>	<b>300.761</b>	
<b>OFERTA E DEMANDA</b>										
BRASIL										
INSCRIÇÕES/VESTIBULARES	1.905.498	1.985.825	1.836.859	2.029.523	2.237.023	2.653.853	2.548.077	2.711.776	2.858.016	3.354.790
VAGAS OFERECIDAS	502.784	516.663	534.847	548.678	574.135	610.355	634.236	699.198	776.031	904.634
CANDIDATOS/VAGA	3,79	3,84	3,43	3,70	3,90	4,35	4,02	3,88	3,68	3,71
INGRESSOS	407.148	426.558	410.910	439.801	463.240	510.377	513.842	573.900	651.353	750.168
APROVEITAMENTO/VAGAS (%)	80,98	82,56	76,83	80,16	80,68	83,62	81,02	82,08	83,93	82,93
PÚBLICO										
INSCRIÇÕES/VESTIBULARES	881.561	1.015.247	1.044.861	1.134.899	1.292.369	1.399.092	1.384.643	1.425.782	1.591.283	1.806.247
VAGAS OFERECIDAS	155.009	162.506	171.048	171.627	177.453	178.145	183.513	193.821	205.725	218.639
CANDIDATOS/VAGA	5,69	6,25	6,11	6,61	7,28	7,85	7,55	7,36	7,74	8,26
INGRESSOS	126.139	142.857	149.726	153.689	159.786	158.012	166.494	181.859	196.365	210.506
APROVEITAMENTO/VAGAS (%)	81,38	87,91	87,53	89,55	90,04	88,70	90,73	93,83	95,45	96,28
PRIVADO										
INSCRIÇÕES/VESTIBULARES	1.023.937	970.578	791.998	894.624	944.654	1.254.761	1.163.434	1.285.994	1.266.733	1.548.543
VAGAS OFERECIDAS	347.775	354.157	363.799	377.051	396.682	432.210	450.723	505.377	570.306	685.995
CANDIDATOS/VAGA	2,94	2,74	2,18	2,37	2,38	2,90	2,58	2,54	2,22	2,26
INGRESSOS	281.009	283.701	261.184	286.112	303.454	352.365	347.348	392.041	454.988	539.662
APROVEITAMENTO/VAGAS (%)	80,80	80,11	71,79	75,88	76,50	81,53	77,06	77,57	79,78	78,67

Fonte: INEP/MEC; elaboração própria.

Obs.: Dados sobre concluintes não disponíveis para 1999.